



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo

Divisão de Despesas - Setor de Licitação

Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900

Fone/Fax: (17) 3345 9116

Site: www.bebedouro.sp.gov.br

ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO E DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO APRESENTADAS NA FASE DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2021, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PROCESSO Nº 90/2021.

Às quinze horas e trinta minutos, do dia quatorze de outubro do ano de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Divisão de Despesas, Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Bebedouro, com sede à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, se reuniram os membros da Comissão Municipal de Licitação, os senhores: **Paulo Sérgio Garcia Sanchez (presidente)**, **Rogério Lemos Valverde (secretário)**, **Mário Pereira de Sá**, **Wagner Silveira** e **Rodrigo Galvão Moura (membros)**, para procederem à análise e julgamento do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto e das **CONTRARRAZÕES AO RECURSO** apresentadas em face da decisão proferida pela Comissão Municipal de Licitação na fase de julgamento e classificação da licitação modalidade **Tomada de Preços nº 04/2021**, do Tipo "**Menor Preço Global**", que tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Civil, devidamente cadastrada no CREA, incluindo Profissional Habilitado, para Execução de Construção Nova de Prédio Escolar para CEMEI Aparecida Zacarelli Molinari, sito à Alameda Santos s/nº - Loteamento Residencial Parati I, neste Município de Bebedouro/SP., com recursos oriundos de transferências de Convênio Estadual - Educação - FUNDEB, incluindo: materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, transportes, EPs, EPCs, alimentação, encargos e leis sociais, etc., enfim tudo às expensas da contratada, sob o Regime de Execução Indireta de Empreitada por Preço Unitário, pela empresa licitante recorrente: INCREBASE ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO - EIRELI, RECURSO ADMINISTRATIVO interposto tempestivamente e protocolado sob nº 9174/2021, às 12h:54m:09s., do dia 29/09/2021 e pela empresa licitante impugnante: LAMG SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CONTRARRAZÕES AO RECURSO apresentadas tempestivamente e protocolada sob nº 9389/2021, às 15h:54m:00s., do dia 05/10/2021. A princípio, a Comissão Municipal de Licitação entendeu pela necessidade da remessa dos autos da licitação em referência acompanhado do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto tempestivamente pela empresa licitante recorrente: **INCREBASE ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO - EIRELI** e das **CONTRARRAZÕES AO RECURSO** apresentadas tempestivamente pela empresa licitante impugnante: **LAMG SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**, em diligência, ao Departamento Jurídico, para que este se manifestasse sobre as razões arguidas tanto pela empresa licitante recorrente como pela empresa licitante impugnante, devido as razões envolverem questões jurídicas, que fogem a área de sua atuação, tendo emitido um parecer jurídico à respeito. A seguir, de posse do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto e das **CONTRARRAZÕES AO RECURSO** apresentadas procedeu-se a análise das razões arguidas tanto pela empresa licitante recorrente como pela empresa licitante impugnante, bem como da manifestação constante do parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura. A Comissão Municipal de Licitação entendeu que não merece provimento o **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto, acolhendo a manifestação constante do parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, que assim opinou: "(...) II - DO PARECER Ao analisar o mencionado Recurso Administrativo constata-se que o pleito da recorrente deve ser indeferido em razão dos fatos e motivos abaixo expostos. Antes de adentrar no cerne da questão ora proposta, teceremos algumas considerações. É preciso saber que**



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo

Divisão de Despesas - Setor de Licitação

Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900

Fone/Fax: (17) 3345 9116

Site: www.bebedouro.sp.gov.br

na função administrativa, o Poder Público estabelece diversas relações jurídicas com os particulares, além de criar vínculos especiais de colaboração intergovernamental. Sempre que tais conexões subjetivas tiverem natureza contratual e forem submetidas aos princípios e normas do Direito Administrativo, estaremos diante de contratos administrativos. Aludidos contratos em regra são celebrados mediante prévia licitação, exceto nos casos de contratação direta previstos na legislação. Sobre a licitação, trazemos os ensinamentos abaixo: Conceito e finalidades da licitação - Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fato de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 19ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 1994, p. 247). A licitação é um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública. A razão de existir dessa exigência reside no fato de que o Poder Público não pode escolher livremente um fornecedor qualquer, como fazem as empresas privadas. Os imperativos da isonomia, impessoalidade, moralidade e indisponibilidade do interesse público, que informam a atuação da Administração, obrigam à realização de um processo público para a seleção imparcial da melhor proposta, garantindo iguais condições a todos que queiram concorrer para a celebração do contrato. (MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 381). A realização do procedimento licitatório, nos termos do que dispõe a redação da Lei n. 8.666/93 (art. 3º), sempre serviu a duas finalidades, buscar a melhor proposta e oferecer condições iguais a todos que queiram contratar com a Administração. Dito procedimento é pautado nos princípios da isonomia, da competitividade, vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da indistinação, da inalterabilidade do edital, do sigilo das propostas, da vedação da oferta de vantagens, da obrigatoriedade, do formalismo procedimental e da adjudicação compulsória. O caso trazido para análise pode ser observado com fundamento na ideologia apresentada no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, o qual foi bem analisado pelo nobre doutrinador ALEXANDRE MAZZA (**Manual de direito administrativo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pág. 393), como podemos notar: c) princípio da vinculação ao instrumento convocatório: a Administração Pública e os participantes do certame, além de cumprirem as regras legais, não podem desatender às normas e condições presentes no instrumento convocatório (art. 41 da Lei n. 8.666/93). **Dai falar-se que o edital é a lei da licitação. (grifo nosso)**. Em consonância com a lição supracitada, a jurisprudência também se manifesta no seguinte sentido: LICITAÇÃO. VÍCIOS NO EDITAL. - **Ensina Marçal JUSTEN FILHO que as exigências para a habilitação previstas nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993 devem ser compreendidas como um "elenco máximo", de forma que o instrumento convocatório não ultrapasse os limites estabelecidos nesses dispositivos legais, sendo, entretanto, facultado à Administração pública incluir no edital os requisitos que, dentre os do rol preceituado pela Lei, melhor atendam à finalidade da licitação, garantindo a mais ampla competitividade, bem como a segurança na contratação, atendendo, assim, a norma do inciso XXI do art. 37 da Constituição federal** (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 2004, p. 299 e 302). - Os supostos vícios referidos pela impetrante não se confirmam após análise do instrumento convocatório, sendo rechaçados por expressas disposições no edital, pela imprescindível observância do ordenamento jurídico nacional, ou por se tratarem de questões situadas na esfera da competência discricionária da Administração, na qual somente é permitido ao Judiciário ingressar caso verificada patente ilegalidade, circunstância não aferida na espécie. Não provimento da apelação. (TJSP; Apelação Cível 1020706-27.2020.8.26.0053; Relator (a): Ricardo Dip; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 3ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 18/03/2021; Data de Registro: 18/03/2021) **(grifo nosso)**. E com base no mencionado acima, ao analisarmos a documentação que amparou o processo licitatório nº 90/2021, principalmente os documentos das empresas participantes da licitação,



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo

Divisão de Despesas - Setor de Licitação

Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900

Fone/Fax: (17) 3345 9116

Site: www.bebedouro.sp.gov.br

constatamos que não houve ofensa alguma à Lei nº 8.666/93 e que a marcha procedimental licitatória transcorreu seu fluxo normal, conforme ficou devidamente estampado na Ata Circunstanciada de julgamento e classificação das propostas de preços. Ou em outros termos, a empresa vencedora apresentou todos os documentos exigidos pelo edital e tal fato foi confirmado pela Comissão Municipal de Licitação. Vale por fim frisar, que num procedimento licitatório deve ser também levado em consideração a idéia irradiada no Princípio da Finalidade, o qual obriga o gestor a inclinar-se pelo interesse público, impedido de realizar obras, compras, serviços e outras atividades que serão da sua própria conveniência. E nessa toada é preciso mencionar que embora o princípio da supremacia do interesse público favoreça a Administração com um patamar de superioridade em face dos administrados, também lhe exige maiores cuidados e obediência a inúmeras formalidades, tendo em vista que essa atuação deve ocorrer com limites da lei, não podendo esse interesse ser livremente disposto pelo administrador. (MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 8ª ed. rev. ampl. atual. Niterói: Impetus, 2014, pag. 28). **III - DA CONCLUSÃO** Por todo o exposto, e tendo em vista as ponderações oportunamente trazidas à baila, OPINO pelo **INDEFERIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos exatos termos da fundamentação acima. (...). Diante do exposto, a Comissão Municipal de Licitação **acolheu** a **manifestação** constante do **parecer jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e **decidiu não reconsiderar** sua decisão anteriormente proferida, **não dando provimento** ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa licitante recorrente: **INCREBASE ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO - EIRELI**, mantendo assim a decisão recorrida que outrora **decidiu e julgou vencedora** da obra objeto da Licitação, a empresa licitante: **LAMG SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**, com o **preço global da obra** de **R\$ 2.759.773,77**, seguida da proposta de preços apresentada pela empresa licitante: **INCREBASE ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO - EIRELI**, com o **preço global da obra** de **R\$ 2.759.774,09**, submetendo-se esta conclusão à autoridade superior, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para análise e final decisão, nos termos e em cumprimento ao disposto no artigo 109, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações. A seguir, nada mais tendo a ser esclarecido, o Presidente da Comissão Municipal de Licitação decidiu dar por encerrada a presente sessão, do que para constar foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, segue devidamente assinada pelos presentes. Eu, **Rogério Lemos Valverde**, secretário, a digitei. Bebedouro, quatorze de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

À COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

Paulo Sérgio Garcia Sanchez
- Presidente -

Rogério Lemos Valverde
- Secretário -

Mário Pereira de Sá
- Membro -

Wagner Silveira
- Membro -

Rodrigo Galvão Moura
Membro